



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 092/2019.

EMENTA: Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O Vice-Reitor no exercício da Presidência do Conselho Universitário da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Decisão Nº 090/2019 deste Conselho, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.015137/2019-10, em sua IX Reunião Extraordinária, realizada no dia 19 de julho de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar, o Regimento Interno do Departamento de Ciências Sociais (DECISO), de acordo com o modelo apresentado e aprovado no Conselho Universitário pela Resolução nº 029/2019, com a finalidade de construir um novo marco regimental atento às necessidades de departamentos de áreas de atuação acadêmicas tão distintas, como as que caracterizam nossa Instituição neste século XXI, de acordo com o anexo e conforme consta do Processo acima mencionado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 22 de julho de 2019.

PROF. MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO
= VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA =



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

**REGIMENTO INTERNO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CAPÍTULO I
Da Categoria e Finalidade**

Art. 1º - O **Departamento de Ciências Sociais** da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é um órgão acadêmico vinculado à Reitoria, com seu funcionamento regido pelas disposições do Estatuto e Regimento Geral da UFRPE e por este Regimento Interno.

Art. 2º - O **Departamento de Ciências Sociais**, criado pela Resolução Nº 169/2010 do Conselho Universitário, com sede no andar térreo do prédio Ariano Suassuna, congrega disciplinas afins, servidores e discentes para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas suas Áreas de Conhecimento Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Ciências Jurídicas, atento aos anseios e às necessidades da sociedade.

§ 1º - Entende-se por Área de Conhecimento um conjunto de saberes conexos conforme dispõe o Art. 24 do Estatuto desta UFRPE.

§ 2º - As áreas de Ciência Política, Filosofia e Ciências Jurídicas referidas no Art. 2º desse Regimento Interno não constam no organograma da resolução que instituiu o DECISO, contudo as mesmas sempre existiram e foram praticadas.

**CAPÍTULO II
DA COMUNIDADE ACADÊMICA DEPARTAMENTAL**

**Seção I
Composição**

Art. 3º - A comunidade departamental é composta por:

- I - Corpo docente;
- II - Corpo técnico-administrativo
- III- Corpo discente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Seção II
Do Corpo Docente

Art. 4º - O corpo docente é formado pelos professores efetivos, temporários e visitantes formalmente vinculados ao Departamento.

Art. 5º - Na condição de membros da comunidade departamental, os docentes têm as seguintes atribuições:

I. Desempenhar as funções de Diretor e (alternativamente) Substituto Eventual;
II. Exercer funções de Supervisor de Área de Conhecimento e (alternativamente) de Supervisor de Área Administrativa.

III. Compor colegiados, conselhos, câmaras e comissões, permanentes e/ou provisórias, além de representar o **Departamento de Ciências Sociais** em Colegiados de Coordenação Didática (CCD) e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) em cursos de graduação e pós-graduação.

IV. Ser membro de grupos de trabalho eventualmente criados para o alcance de objetivos do departamento.

V. Solicitar e buscar seguir orientações da Diretoria Departamental, inclusive as relacionadas à formação continuada do docente, estágios pós-doutorais e licença capacitação, para o contínuo aprimoramento do exercício de suas funções, com responsabilidade e compromisso institucionais.

VI. Propor a criação de disciplinas ou a modificação de suas ementas, submetendo-as à avaliação e possível aprovação em sua área de conhecimento, no CCD do Curso a que estariam vinculadas e, em última instância, no Conselho Técnico Administrativo – CTA.

VII. Elaborar e manter atualizados os planos de ensino para disciplinas sob a sua responsabilidade, submetendo-os de forma tempestiva aos Colegiados de Coordenação Didática dos Cursos em que as disciplinas se inserem, conforme Resolução CEPE Nº 597/2009 ou normativa que porventura vier a substituí-la.

VIII. Ministrando disciplinas com zelo e respeito às propostas pedagógicas expressas nos Projetos Pedagógicos dos respectivos Cursos.

IX. Elaborar, aplicar e avaliar as verificações de aprendizagem, inserindo no sistema de registro acadêmico as notas e faltas dos discentes matriculados em disciplinas sob a sua responsabilidade - em atendimento às Resoluções CEPE Nº 622/2010 e CONSU Nº 494/2010, ou outras que porventura vierem a substituí-las.

X. Devolver aos discentes os instrumentos utilizados para verificação de aprendizagem, conforme Resolução CEPE Nº 93/2015 (ou normativa que porventura vier a substituí-la) e, quando aplicável, proceder ao descarte conforme determinado pela Resolução CEPE Nº 149/2017, ou normativa que porventura vier a substituí-la.

XI. Realizar atividades de Revisão de Provas, conforme previsto no Art. 10 da Resolução CONSU Nº 494/2010 - ou segundo normativa que porventura vier a substituí-la.

XII. Emitir parecer sobre aproveitamento ou equivalência de disciplinas em sua área de conhecimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

XIII. Buscar atender, informar, acompanhar e orientar as pessoas de forma atenciosa e respeitosa.

XIV. Submeter ao CTA do Departamento, ao início de cada semestre letivo, proposta de locais e horários apropriados para o atendimento semanal de discentes fora da sala de aula, caso considerem necessário, os docentes deverão solicitar à Diretoria do **Departamento de Ciências Sociais** a designação e a reserva periódica de espaço físico para a realização dos referidos encontros com discentes, em um determinado semestre letivo.

XV. Submeter e manter atualizados no SIGA - ou no sistema de gestão acadêmica que porventura vier a substituí-lo - seus dados de contato, incluindo endereço residencial, números de telefone e endereço eletrônico.

XVI. Realizar a atualização do seu currículo na Plataforma Lattes - ou equivalente que porventura vier a substituí-la - com frequência não menor que uma vez a cada 12 meses.

XVII. Formalizar, junto às instâncias departamentais, a integralidade de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, com a devida entrega de relatórios parcial e final, bem como a lista atualizada de bens tombados e/ou adquiridos no âmbito de cada projeto.

XVIII. Solicitar afastamentos e licenças respeitando-se o que determina a Resolução Nº 53/2017 do CEPE - ou normativa que porventura vier a substituí-la.

XIX. Participar de reuniões do Pleno Departamental.

XX. Contribuir com a formação e a participação em bancas de concurso e de avaliação dos trabalhos de conclusão de cursos.

XXI. Submeter-se periodicamente a processos avaliativos de desempenho.

XXII. Exercer Cargo de Coordenador de Curso de Graduação e Pós-graduação e (alternadamente) Substituto Eventual.

Seção III
Do Corpo Técnico-Administrativo

Art. 6º - O Corpo Técnico-Administrativo é formado por servidores técnico-administrativos em exercício e lotados no **Departamento de Ciências Sociais**.

Art. 7º - Na condição de membros da comunidade departamental, os servidores técnico-administrativos têm as seguintes atribuições:

I. Solicitar e buscar seguir orientações da Diretoria Departamental para o contínuo aprimoramento no exercício de suas funções, com responsabilidade e compromisso institucionais.

II. Compôr colegiados, conselhos, câmaras e comissões, permanentes e/ou provisórias.

III. Submeter e manter atualizados no SIGA - ou no sistema de gestão acadêmica que vier a substituí-lo - seus dados de contato, incluindo endereço residencial, números de telefone e endereço eletrônico.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

IV. Solicitar afastamentos e licenças respeitando-se o que determina a Resolução Nº 53/2017 do CEPE - ou normativa que porventura vier a substituí-la.

V. Participar de reuniões do Pleno Departamental.

VI. Buscar atender, informar, acompanhar e orientar as pessoas de forma atenciosa e respeitosa.

VII. Formalizar, junto às instâncias departamentais, a integralidade de seus projetos de pesquisa e extensão, com a devida entrega de relatórios parciais e finais, bem como a lista atualizada de bens tombados e adquiridos no âmbito de cada projeto.

VIII. Submeter-se periodicamente a processos avaliativos de desempenho.

**Seção IV
Do Corpo Discente**

Art. 8º - O corpo discente é formado por estudantes matriculados ou aptos a se matricular como discentes regulares ou especiais, nos cursos de graduação cuja maior parte das disciplinas seja ministrada por professores do **Departamento de Ciências Sociais**.

Art. 9º - Na condição de membros da comunidade departamental, os discentes têm as seguintes atribuições:

I. Solicitar e buscar seguir orientações dos servidores (Professores e Técnico-Administrativos) e da Diretoria Departamental para a execução tempestiva de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com zelo e compromisso institucional.

II. Compor colegiados, conselhos, câmaras e comissões, permanentes e/ou provisórias.

III. Contribuir para o diálogo respeitoso e colaborativo entre seus pares e com os demais membros da comunidade acadêmica da Universidade.

IV. Submeter e manter atualizados no SIGA - ou no sistema de gestão acadêmica que vier a substituí-lo - seus dados de contato, incluindo endereço residencial, números de telefone e endereço eletrônico.

V. Submeter-se periodicamente a processos avaliativos de desempenho.

**CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO**

**Seção I
Estrutura Organizacional**

Art. 10 - O **Departamento de Ciências Sociais**, em conformidade como o Artigo 25 do Estatuto da UFRPE, possui a seguinte estrutura organizacional:

I. Conselho Técnico Administrativo (CTA).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

- II.Pleno Departamental.
- III.Diretoria Departamental.
- IV.Secretaria.
- V.Supervisões de áreas de conhecimento e administrativas.
- VI.Comissões Departamentais.
- VII.Órgãos Acadêmicos Departamentais - Núcleos e Laboratórios.

**Seção II
Conselho Técnico Administrativo**

Art. 11 - O Conselho Técnico Administrativo - CTA do **Departamento de Ciências Sociais** é órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, composto pelos seguintes membros (de acordo com o Art. 29 do Estatuto da UFRPE):

- I.Diretor, como presidente (membro nato).
- II.Substituto Eventual do Diretor, como vice-presidente (membro nato).
- III.Supervisores de áreas de conhecimento (membros natos).
- IV.Supervisores de áreas administrativas.
- V.Representante dos professores Classe E.
- VI.Representante dos professores Classe D.
- VII.Representante dos professores Classe C.
- VIII.Representante dos professores Classe B.
- IX.Representante dos professores Classe A.
- X.Representante dos servidores técnicos-administrativos.
- XI.Representante(s) do corpo discente com mandato de um (1) ano, com direito a uma (1) recondução, em número de um quinto (1/5) do total do Colegiado.
- XII.Coordenadores dos cursos de graduação em que os professores do departamento lecionam a maioria das disciplinas (membros natos).

§ 1º - Os representantes referidos nos itens V a X serão escolhidos dentre seus pares, por votação secreta, em reunião convocada e presidida pelo Substituto Eventual (Art. 29, § 2º do Estatuto da UFRPE), e terão mandatos de dois (2) anos, com direito a uma (1) recondução.

§ 2º - Os representantes discentes deverão manter-se devidamente matriculados nos cursos de graduação em que os professores do Departamento lecionam a maioria das disciplinas, sendo escolhidos conforme Art. 131 do Regimento Geral.

§ 3º - Os coordenadores de cursos de graduação ou pós-graduação com assento no CTA terão direito a voz, mas não o direito a voto.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art. 12 - O funcionamento do CTA ocorrerá, em geral, de acordo com o disposto nos Artigos 9º a 22, do Regimento Geral da UFRPE, observadas as alterações introduzidas por resoluções posteriores.

Art. 13 - O Conselho Técnico Administrativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, segundo cronograma previamente discutido, aprovado e devidamente comunicado a todos os seus membros.

Art. 14 - As eventuais faltas dos membros às reuniões do CTA serão tratadas conforme Resolução CONSU Nº. 005/2015, ou outra normativa que porventura vier a substituí-la.

Art. 15 - O CTA reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pela Direção ou, alternativamente, mediante solicitação submetida à Secretaria e assinada por pelo menos um terço de seus membros, sempre respeitando os seguintes princípios:

I. A convocação para reunião extraordinária ocorrerá com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, será afixada no quadro de avisos (físico e/ou virtual) do Departamento e será reforçada por mensagens aos endereços eletrônicos dos membros.

II. O Conselho Técnico Administrativo não tratará, em suas reuniões extraordinárias, de matéria estranha à pauta estabelecida no ato da convocação.

III. Na eventual ausência do Diretor do Departamento de Ciências Sociais e do Substituto Eventual, a presidência do CTA será exercida pelo membro decano que se encontrar presente.

Art. 16 - Ressalvados regimes de urgência previamente aprovados, os membros do CTA poderão pedir vistas de cada processo somente uma vez durante o seu trâmite, dispondo de prazo de cinco dias úteis para considerações e eventual emissão de parecer ou manifestação.

Parágrafo Único - O pedido de vistas poderá ser acompanhado de solicitação justificada para ampliação do prazo para análise, cabendo ao CTA deliberar sobre a matéria, bem como sobre a programação de sua inclusão na pauta de uma reunião subsequente específica.

Art. 17 - Nenhum membro do colegiado poderá votar e/ou assinar decisões em matéria relacionada com seus interesses particulares, de seu cônjuge, companheiro (a), descendentes, ascendentes ou colaterais até o terceiro grau.

Art. 18 - O quórum exigido para abertura e funcionamento do CTA será de metade mais um de seus membros, conforme determina o Art. 9º do Regimento Geral da UFRPE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Parágrafo Único - Caso o quórum de abertura e funcionamento de uma reunião ordinária do CTA não seja alcançado em até 30 minutos após o horário previamente estabelecido, o Presidente do CTA poderá convocar reunião extraordinária a ser realizada ao final do prazo de 3 (três) dias úteis a partir do horário

original.

Art. 19 - A Secretaria do Departamento assegurará acesso irrestrito, mediante solicitação, às convocações, pautas, atas e decisões das reuniões ordinárias e extraordinárias do CTA e das Comissões Permanentes.

Parágrafo Único - A Secretaria deverá publicar e manter atualizado em quadro de aviso (físico ou virtual) os cronogramas semestrais de reuniões ordinárias do CTA e das Comissões Permanentes.

Art. 20 - As reuniões do CTA poderão ser abertas à comunidade acadêmica, com os eventuais participantes tendo direito apenas à voz, desde que a maioria dos seus membros considerem oportuno fazê-lo.

Seção III
Do Pleno Departamental

Art. 21 - O Pleno Departamental é órgão colegiado de instância consultiva para o CTA, composto por todos os membros da comunidade departamental.

Art. 22 - O Pleno Departamental realizará reuniões ordinárias com frequência de uma vez por mês durante o período letivo, podendo realizar convocação extraordinária, com pauta inicial previamente discutida e aprovada em CTA.

Art. 23 - Reuniões extraordinárias do Pleno Departamental poderão ser convocadas pela Direção ou, alternativamente, mediante solicitação submetida à Secretaria e assinada por pelo menos um terço dos membros do CTA, respeitados os seguintes princípios:

I. A convocação para reunião extraordinária ocorrerá com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e será afixada no quadro de avisos (físico e/ou virtual) do Departamento.

II. Uma vez convocada reunião extraordinária do Pleno Departamental, caberá à Direção do Departamento a identificação, a designação e a reserva do espaço físico apropriado para sua realização, assegurando ampla divulgação junto à comunidade departamental.

Art. 24 - O quórum para abertura das reuniões do Pleno Departamental no local, data e horário previamente estabelecido e amplamente divulgado é de metade mais um de seus membros (docentes e servidores) e representação discente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Parágrafo Único - Caso não se veja alcançado o quórum na ocasião pré-estabelecida, aguardar-se-á o prazo de 30 minutos para abertura da reunião com qualquer número de presentes.

Art. 25 - A pauta das reuniões ordinárias do Pleno deve conter informes da Diretoria sobre as atividades do departamento e da UFRPE.

Art. 26 - A Presidência do Pleno Departamental será exercida pelo(a) Diretor(a) do **Departamento de Ciências Sociais**; em sua ausência, pelo(a) Substituto(a) Eventual e, na eventual ausência de ambos(as), caberá ao membro decano a Presidência.

Art. 27 - As decisões do Pleno Departamental deverão contar com apoio manifesto por maioria simples dos membros presentes, cabendo à Presidência o voto de qualidade.

Art. 28 - Eventuais propostas normativas e recomendações gerais do Pleno Departamental, devidamente motivadas e justificadas, serão formalizadas através de pareceres e encaminhadas ao CTA do **Departamento de Ciências Sociais** para avaliação e possível homologação.

Seção IV
Diretoria Departamental

Art. 29 - A Diretoria é o órgão executivo da administração departamental, exercida por um docente ocupante de cargo de efetivo provimento, eleito pela comunidade departamental na forma da Resolução CONSU Nº 294/2008 - ou normativa posterior que vier a substituí-la - para mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma única recondução sucessiva para o cargo (baseado no Art. 5º do Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996).

Art. 30 - A Administração Departamental compreende:

- I. Diretor.
- II. Substituto eventual do Diretor.
- III. Supervisões de áreas de conhecimento.
- IV. Supervisões de áreas administrativas.
- V. Secretaria da Diretoria.
- VI. Órgãos acadêmicos da administração departamental – Núcleos (incluindo cátedras) e Laboratórios.
- VII. Comissões Departamentais.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Seção V

Diretor e Substituto eventual

Art. 31 - O Diretor e o Substituto Eventual do **Departamento de Ciências Sociais** serão nomeados pelo(a) Reitor(a) a partir de eleição conduzida de acordo com a Resolução CONSU 294/2008 - ou normativa posterior que porventura vier a substituí-la.

Art. 32 - O Substituto Eventual exercerá a Direção nas faltas e impedimentos do titular do Departamento, conforme estabelece o Art. 26 do Estatuto da UFRPE.

§ 1º - Nas faltas e impedimentos simultâneos do Diretor e do Substituto Eventual, a Diretoria será exercida pelo docente mais antigo no magistério junto ao Departamento com assento no Conselho Técnico-Administrativo (parágrafo único do Art. 26 do Estatuto da UFRPE).

§ 2º - Ocorrendo vacância, serão observadas as disposições dos §§ 3º e 4º do Art. 27 do Estatuto desta UFRPE.

Seção VI

Supervisões de Áreas de Conhecimento

Art. 33 - As Supervisões de Áreas de Conhecimento são funções de assessoria direta à Direção do Departamento na gestão de assuntos acadêmicos relativos às Áreas de: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Ciências Jurídicas.

Art. 34 - Os Supervisores das áreas de conhecimento serão indicados e eventualmente substituídos pela Direção após diálogo com os docentes em exercício na referida área, para atuação em prazos não superiores à duração prevista para o mandato da Direção no momento da indicação.

§ 1º - Caberá ao Diretor comunicar ao CTA as designações e substituições dos Supervisores de Áreas do Conhecimento.

§ 2º - Em caso de faltas e impedimentos temporários do Supervisor, deverá exercer a função o docente mais antigo no Magistério Superior da área de conhecimento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

**Seção VII
Supervisões de Áreas Administrativas**

Art. 35 - As Supervisões de Áreas de Administrativas são funções opcionais de assessoria direta à Diretoria do Departamento na gestão de assuntos administrativos, tais como a gestão de pessoas, a gestão de instalações físicas, a gestão da comunicação e a gestão de núcleos e laboratórios.

Art. 36 - Os Supervisores de Áreas Administrativas serão indicados e nomeados por portaria pelo Diretor e, ao seu critério eventualmente substituídos para atuação no prazo de dois anos.

§ 1º - Caberá ao CTA homologar as portarias de designação dos Supervisores de Áreas Administrativas emitidas pelo diretor.

**Seção VIII
Secretaria da Diretoria**

Art. 37 - A Secretaria da Diretoria é órgão responsável pela condução, segundo orientações do Diretor, das principais rotinas administrativas da Direção, ocupada por servidores técnico-administrativos da UFRPE encarregados ainda de dar suporte e apoio administrativo às atividades do Diretor.

**Seção IX
Das Comissões Departamentais**

Art. 38 - As comissões departamentais são órgãos colegiados de natureza consultiva e auxiliar às atividades da Direção, dedicadas ao acompanhamento, à análise e à emissão de pareceres acerca de um conjunto pré-estabelecido de assuntos e atividades acadêmicas.

Art. 39 - As comissões departamentais se dividem em duas categorias:

I. Comissões Provisórias, livremente constituídas mediante indicação de servidores docentes, técnico-administrativos e discentes pela Direção do Departamento, através de portaria.

II. Comissões Permanentes, integradas por servidores docentes e técnico-administrativos lotados no Departamento de Ciências Sociais, segundo as condições estabelecidas nesta seção do Regimento Departamental e em conformidade com os parâmetros definidos nos Estatuto e Regimento da Universidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art. 40 - A constituição das Comissões Permanentes departamentais seguirá, em geral, os seguintes princípios:

I. Seus membros serão indicados pela direção a partir do diálogo com a comunidade departamental, em favor da ampla participação e do acesso democrático aos espaços de reflexão e construção do pensamento estratégico.

II. As Comissões serão compostas por integrantes do DECISO cuja escolha levar-se-á em conta a preferência pessoal e a representação de cada Área que compõe o DECISO.

III. O número de membros de uma determinada Comissão Permanente poderá variar de 3 (três) a 7 (sete) servidores a depender do volume de atividades sob sua responsabilidade, a juízo da Direção, salvo em casos previstos em outros atos normativos superiores a este Regimento.

IV. A composição inicial e eventuais recomposições das Comissões Permanentes departamentais, se dará pela emissão de portaria(s) pela Direção, subsequentemente homologada(s) em CTA, para exercícios de dois anos, sem limites à recondução.

Art. 41 - O Departamento contará com as seguintes comissões permanentes:

I. Comissão de Avaliação de Pessoal Docente – CAPD, regulamentada pelas Resoluções Nº 009/2019 e Nº 208/2012, ou normativa que vier a substituí-la.

II. Comissão de Avaliação de Desempenho Docente em Estágio Probatório, regulamentada pela Resolução Nº 117/2016, ou normativa que vier a substituí-la.

III. Comissões Permanentes de Ensino, Pesquisa e Extensão, como previsto no Art. 25, parágrafo único do Estatuto da UFRPE, responsáveis pelas análises dos respectivos processos submetidos ao Conselho Técnico-Administrativo.

IV. Comissão de Planejamento.

Art. 42 - Cada Comissão deve elaborar seu Plano Anual de Atividades considerando o conjunto de ações do Departamento.

§ 1º - O Plano Anual de Atividades deverá ser enviado à Comissão de Planejamento do DECISO, até a data do último CTA do semestre letivo, de modo que possa ser discutido no primeiro Pleno do semestre letivo seguinte e, aprovado no CTA subsequente.

Art. 43 - As Comissões, além do Plano, devem elaborar um calendário de reuniões, registrar a frequência de seus membros e fazer Atas de suas reuniões.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art.44 - A Comissão de Planejamento deve manter articulação com a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) desta Universidade e compatibilizar o Plano Anual de Atividades de Trabalho das Comissões.

Parágrafo único. Os (as) integrantes do DECISO que tiverem propostas de atividades que não estejam contempladas na competência de uma das Comissões deverão informá-las à Comissão de Planejamento do DECISO.

Art. 45 - As Comissões devem apresentar relatório anual até a data do último CTA do ano.

Art. 46 - As Comissões deverão reunir-se semestralmente com a Direção do DECISO, a fim de discutir e garantir a execução das atividades que lhes são pertinentes, ou quando houver necessidade, por iniciativa da Comissão ou da Direção.

Art. 47 - Após acordado o Calendário de Atividades entre os integrantes de cada Comissão, esta poderá se reunir com, no mínimo, dois membros presentes.

Parágrafo Único - As reuniões das Comissões de Planejamento, de Extensão, de Pesquisa e de Ensino, podem ter a participação dos/as discentes com voz e sem voto.

Art.48 - Os integrantes de cada Comissão que, durante o ano, tiverem 03 (três) ausências consecutivas ou não, justificadas ou não, às reuniões das respectivas Comissões, serão substituídos por outros membros do Departamento, a fim de garantir o pleno funcionamento das Comissões.

Art. 49 - Cada Docente, com 40 h ou dedicação exclusiva pode participar de até 2 (duas) Comissões simultaneamente, e os docentes com 20h poderão participar de 01 (uma) Comissão.

Art. 50 - A cada dois anos as Comissões serão renovadas podendo os (as) integrantes ser substituídos ou confirmados, sempre que houver interesse do/a integrante ou do DECISO.

Art. 51 - As comissões permanentes se reunirão ordinariamente segundo calendário proposto pela Direção e apreciado em CTA, buscando harmonia e sinergia com as datas previstas para reuniões ordinárias do CTA, observadas as disposições dos Artigos 9º a 22 do Regimento e Resoluções posteriores.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art. 52 - O quórum necessário para abertura das reuniões de comissões permanentes será de metade mais um de seus membros.

Parágrafo Único - Caso não seja alcançado o quórum suficiente para abertura de reuniões ordinárias de uma Comissão Permanente, seu Presidente poderá realizar convocação para reunião extraordinária, a ser realizada em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis após a data e horário originais - devendo, nesse caso, anunciar a reunião extraordinária em quadros de avisos físico e acadêmico do departamento, além de comunicar ao CTA as ausências verificadas.

Art. 53 - A aprovação dos pareceres emitidos por membros das Comissões Permanentes se dará quando a maioria simples dos presentes a uma de suas reuniões lhes for favorável, cabendo à Presidência o voto de qualidade.

**Seção X
Dos Órgãos Acadêmicos Departamentais**

Art. 54 - Os órgãos acadêmicos departamentais, hierárquicamente subordinados à Direção, são propostos por docentes e aprovados em CTA com o objetivo de planejar, articular e dar suporte à execução de esforços continuados (programas) de ensino, pesquisa e extensão que compartilham recursos e estimulam a cooperação.

Art. 55 - Os órgãos acadêmicos departamentais são constituídos nas formas de Laboratórios ou Núcleos Acadêmicos, sob a liderança e coordenação de um ou mais servidores profissionalmente qualificados.

Parágrafo Único - Laboratórios são espaços de vivências e diálogo para condução regular, segura e responsável de atividades planejadas de ensino, pesquisa e extensão;

Art. 56 - Núcleos acadêmicos são associações constituídas por membros da comunidade acadêmica com a finalidade de articular esforços em torno de temáticas acadêmicas específicas, sempre voltadas à produção e disseminação dos conhecimentos em áreas de atuação do departamento - ainda que contem também com a participação de membros de outros departamentos e/ou instituições.

§ 1º - Grupos de Estudos - Espaço de aprendizagem que privilegia a construção coletiva e crítica de uma leitura da realidade social, a partir do desenvolvimento de trabalhos relacionados a áreas de conhecimentos específicos, valorizando a interdisciplinaridade e ampliando o processo formativo dos discentes.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

§ 2º Grupos de Pesquisas – Um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças. Hierarquia baseada na experiência, no destaque e liderança no terreno científico ou tecnológico. Pressupõe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa, além de estarem trabalhando em torno de linhas comuns de pesquisa que se subordinam ao grupo (e não ao contrário) e que, em algum grau, compartilhem instalações e equipamentos. O conceito de grupo admite aquele composto de apenas um pesquisador e seus estudantes.

Parágrafo Único - Poderão se autodenominar “Cátedras” os Núcleos Acadêmicos que se proponham a desenvolver, de forma articulada, múltiplas atividades ou atuações como: a formação de acervos, incluindo os que adotam diferentes linguagens; a oferta de cursos organizados de tal forma que possam gerar créditos curriculares, tanto em programas de graduação, como nos de pós-graduação; a realização de seminários para relatos de experiências sociais e comunitárias; o desenvolvimento de estudos e pesquisas em articulação com múltiplos programas de pós-graduação; o intercâmbio com outras instituições congêneres, entidades de classe e movimentos sociais.

Art. 57 - As propostas de criação e os regimentos internos de órgãos acadêmicos departamentais deverão ser submetidos à aprovação pelo CTA do departamento.

Art. 58 - As lideranças dos Núcleos Acadêmicos e Laboratórios serão exercidas, respectivamente, por Coordenadores e Responsáveis Técnicos, escolhidos pelos respectivos membros proponentes/participantes conforme seus regimentos internos, nomeados pelo Diretor do Departamento para mandatos de duração de dois anos.

Art. 59 - Os Coordenadores de Núcleos Acadêmicos e os Responsáveis Técnicos pelos Laboratórios deverão realizar e submeter à apreciação do CTA, com as periodicidades e nas formas definidas em seus regimentos, relatos ou relatórios sobre as atividades desenvolvidas a cada exercício findo, bem como planos de atividades para o período subsequente.

Art. 60 - Ao analisar relatos e/ou relatórios de atividades submetidas pelos responsáveis por órgãos acadêmicos departamentais, ou mesmo na eventual ocorrência de questionamentos e denúncias, os membros do CTA deverão verificar o fiel cumprimento das normativas internas e externas e, após ouvidas as partes envolvidas, decidir entre a continuidade e a suspensão (temporária ou definitiva) das atividades nos referidos órgãos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

**CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 61 - Ao Conselho Técnico-Administrativo - CTA, além dos dispostos no Art. 8º do Regimento Geral, compete:

I.Consultar o Pleno Departamental e deliberar sobre propostas de edição deste Regimento e da Resolução de criação do Departamento.

II.Consultar o Pleno Departamental nas demais ocasiões que julgar pertinentes.

III.Apreciar e, possivelmente, autorizar a formação e a extinção de Áreas - sejam Áreas de Conhecimento ou Administrativas -, realizando consultas ao Pleno Departamental.

IV.Apreciar e, possivelmente, autorizar a criação, a alteração e a extinção de disciplinas, sempre após consulta a uma ou mais Áreas de Conhecimento.

V.Apreciar e, possivelmente, autorizar e acompanhar o desenvolvimento e a execução de planos e ações estratégicas para o Departamento, assegurando sua harmonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE, levando sempre em consideração as manifestações e recomendações do Pleno Departamental e da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

VI.Apreciar e, possivelmente, aprovar relatórios periódicos de atividades elaborados pela Direção e pelos Órgãos Acadêmicos Departamentais.

VII.Apreciar e, possivelmente, autorizar as propostas de realização, a formação de bancas e os resultados de concursos públicos para provimento de cargo docente, sempre após consulta ao Pleno Departamental.

VIII.Apreciar minutas e, possivelmente, autorizar e acompanhar a execução de acordos e convênios celebrados por entes externos com a UFRPE nos quais haja participação do Departamento, respeitada a tramitação desses convênios nos órgãos responsáveis pela sua formalização, Núcleo de Relações Institucionais e Convênios (NURIC) e Procuradoria Jurídica.

IX.Estabelecer e, periodicamente, rever critérios de prioridade para autorização de afastamento de servidores.

X.Estabelecer e, periodicamente, rever critérios para distribuição das atividades docentes no Departamento.

XI.Reconsiderar suas decisões passadas e, possivelmente, suspender ou alterá-las.

XII.Remeter à Direção do Departamento de Ciências Sociais suas deliberações para os devidos encaminhamentos às instâncias competentes.

XIII. Avaliar, deliberar e encaminhar propostas provenientes do Pleno Departamental.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art. 62 - Ao Pleno Departamental compete tomar ciência, discutir, avaliar, pronunciar-se e/ou emitir recomendações sobre:

- I.As eventuais propostas de edição para este Regimento Interno do Departamento.
- II.As eventuais formações e extinções de Áreas - sejam Áreas de Conhecimento ou Administrativas.
- III.O desenvolvimento e a execução de planos e ações estratégicas para o Departamento.
- IV.A realização de concursos públicos para provimento de cargo docente ou técnico-administrativo de interesse do Departamento.
- V.As condições gerais de trabalho, convivência, diálogo, comunicação, transparência e cooperação entre os membros da comunidade departamental, entre si ou com órgãos e entidades externas.
- VI.Demais temas e questões identificadas e encaminhadas pelo CTA.

Art. 63 - À Secretaria, além dos dispostos no Art. 32 do Regimento Geral da UFRPE, competem as seguintes atividades administrativas e de apoio acadêmico:

- I.Atender aos encargos inerentes à secretaria do departamento exercendo as funções de: secretariar reuniões administrativas; manter controle e organização da agenda da Direção; controlar e solicitar materiais de expediente, de consumo e permanente; executar as atividades determinadas pela Direção; executar levantamento de informações administrativas; realizar controles de suprimentos; prestar contas de suprimentos; encaminhar frequência mensal; atualizar o cadastro de professores no sistema de gestão acadêmica, quando solicitado pela Direção; registrar a alocação semestral dos docentes por disciplinas no sistema de gestão acadêmica.
- II.Organizar processos e documentos administrativos e acadêmicos, considerando:
 - a) No que diz respeito aos processos, a secretaria deverá: orientar, mediante solicitação e nos limites de seu conhecimento, a constituição de processos; providenciar a abertura de processos; acompanhar processos; despachar processos; numerar folhas do processo; receber processos administrativos e financeiros; organizar e preparar processos solicitados pela Direção; e tramitar processos no sistema de gestão eletrônico;
 - b) No que diz respeito aos documentos, a secretaria deve: controlar o recebimento e encaminhamentos das correspondências e documentos do Departamento; arquivar; encaminhar documentos; elaborar documentos oficiais – ofícios, memorandos, emissão de decisões, atas, relatórios, correspondência em geral e documentos afins; emitir declaração para servidores de teor administrativo e acadêmico; receber e despachar o



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

malote; separar e distribuir as correspondências e processos; manter controle e guarda de provas e cadernetas, observando a Resolução CEPE nº093/2015, ou normativa que vier substituí-la.

III. Organizar reuniões realizando ações no sentido de: providenciar local e equipamentos; encaminhar processos para os relatores; enviar convocação; secretariar a reunião; elaborar ata; emitir extratos de ata; e encaminhar as deliberações pertinentes.

IV. Atender ao público interno e externo prestando informações presencialmente, por telefone ou por outros meios eletrônicos (e-mail, página eletrônica oficial do departamento, redes sociais, entre outros) sobre a Universidade, a legislação e normas da instituição, bem como fornecendo documentos administrativos e acadêmicos.

V. Disponibilizar material de expediente, folhas de provas, dentre outros, e controlar os empréstimos de equipamentos didáticos.

VI. Atender e encaminhar solicitações da Direção no sentido de verificar a necessidade de manutenção; solicitar a execução do serviço; acompanhar a execução do trabalho; receber e conferir patrimônio de equipamentos novos; controlar o patrimônio do Departamento; fiscalizar a limpeza das dependências do Departamento.

VII. Registrar e consolidar em forma de relatório, seguindo orientações da direção, as ocorrências diversas e solicitações de serviços nas instalações prediais e controle de patrimônio.

VIII. Orientar e atender solicitações acerca de marcação e interrupção de férias dos servidores, conforme resolução vigente.

IX. Administrar a logística de servidores (inclusive das aulas práticas) realizando as ações de: solicitar veículos para viagens; incluir solicitação de diárias e passagens (SCDP) para servidores – técnico-administrativos e docentes – com lotação no Departamento; acompanhar as solicitações de diárias e passagens (SCDP); providenciar prestação de contas das solicitações de diárias e passagens (SCDP).

Art. 64 - Às Comissões Permanentes de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

I. Emitir parecer sobre projetos de ensino, pesquisa e extensão com ou sem recursos financeiros, desenvolvidos no Departamento.

II. Emitir pareceres sobre projetos de ensino, pesquisa e extensão cujos coordenadores proponentes tenham descumprido suas obrigações descritas no Art. 5º, inciso XVII deste Regimento Interno.

III. Solicitar informações e emitir periodicamente declarações sobre o andamento dos projetos, identificando: o número de projetos vigentes, seus títulos, as áreas de conhecimento, as durações previstas dos projetos; as decisões do CTA que os autorizaram; os coordenadores e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

os membros, com as devidas cargas horárias dedicadas; a adimplência na entrega dos relatórios parciais e finais; e as relações dos bens tombados e adquiridos nos âmbitos dos projetos, sob a guarda dos respectivos coordenadores.

IV. Emitir pareceres em outros assuntos de sua área de atuação.

V. Buscar, identificar e divulgar editais de fomento, em sua área de competência, junto ao corpo docente.

VI. Sugerir e orientar os docentes na seleção e supervisão de bolsistas ou voluntários em projetos de sua competência.

Art. 65 - À comissão de Ensino compete:

I. Emitir pareceres em outros assuntos de sua área de atuação, tais como a identificação de necessidade de professores nos cursos de graduação stricto sensu e lato sensu, vinculados ao Departamento de Ciências Sociais.

II. Propor novas atividades de ensino no departamento para que os docentes tenham garantida a carga horária letiva mínima estabelecida por Lei.

III. Auxiliar os supervisores de áreas de conhecimento, quando solicitado, no planejamento, na organização, na execução, na avaliação e manutenção das atividades de ensino oferecidas pelo Departamento de Ciências Sociais.

IV. Verificar e apresentar formas de controle das atividades desenvolvidas pelos docentes, formalizadas através de portarias ou instruções normativas departamentais, no que tange a: planejamento de ensino; atendimento semanal aos discentes fora de sala de aula; entrega da correção de avaliações; manutenção do registro escolar; confecção de material didático; e, monitoria.

V. Manter diálogo com Núcleos Docentes Estruturantes de cursos de Graduação para contínuo aprimoramento de seus PPC's.

Art. 66 - À comissão de Pesquisa compete:

I. Identificar as áreas de prioridade para capacitação e desenvolvimento científico do corpo docente do Departamento.

II. Orientar docentes no planejamento e organização de eventos acadêmico-científicos.

III. Encaminhar convites e orientar a participação de Docentes em Comitês,

IV. Comissões Científicas, Conselho Editorial de revistas científicas, técnicas e culturais ou de instituições de capital público ou privadas.

V. Apoiar e orientar a publicação ou organização de: livro científico, didático, cultural ou técnico, desenvolvimento de aplicativos computacionais, registrados ou publicados em livros ou revistas indexadas e de registro de patente.

VI. Aplicar os devidos controles da Resolução CEPENº 436/2005, ou qualquer outra que venha a substituí-la.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art. 67 - À comissão de Extensão compete:

I.Orientar os docentes sobre a proposição, coordenação e condução de cursos de aperfeiçoamento ou de outros cursos de curta duração, não incluídos nas atividades de Ensino.

II.Orientar docentes sobre o planejamento e organização de eventos, tais como palestras, colóquios, simpósios, oficinas, minicursos, projetos sociais, artísticos, culturais e esportivos, entre outros de interesse da instituição e da comunidade.

III.Orientar docentes sobre o planejamento e organização de programas de qualificação profissional, programas comunitários de mobilização interna e externa, entre outros de interesse da instituição e da comunidade.

IV.Orientar docentes sobre a prestação de serviços à sociedade mediante atendimento direto ou indireto, tais como assessorias, consultorias e perícias, observando-se as legislações vigente e devidamente autorizadas pela instituição.

V.Orientar docentes sobre a participação em bancas de concurso ou de formação acadêmica e de tutoria de empresas juniores, grupos PET e grupos de estudo temáticos no departamento.

Art. 68 - À Comissão de Planejamento compete:

I. Identificar as áreas de prioridade para o desenvolvimento de estratégias para o constante aperfeiçoamento do pessoal docente do Departamento.

II. Orientar e apoiar a elaboração de planos, programas e projetos de interesse do desenvolvimento do Departamento, em harmonia e sinergia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Plano de Logística Sustentável e com as orientações da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional(PROPLAN).

III. Coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico do Departamento de Ciências Sociais.

IV. Propor e desenvolver atividades de relacionamento interinstitucional.

V. Propor instrumentos para a coleta de informações gerenciais que subsidiem a etapa de avaliação do planejamento departamental.

VI. Realizar acompanhamento e controle dos convênios firmados pelo departamento.

VII. Propor e contribuir para a realização de estudos e pesquisas de interesse do desenvolvimento do Departamento.

VIII. Dialogar com supervisores administrativos para a definição de prioridades e contribuir com o planejamento físico (infra-estruturar e patrimônio) do Departamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

**CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES**

Art. 69 - A(o) Diretor(a) do Departamento de Ciências Sociais, além dos dispostos no Art. 30 do Regimento Geral da UFRPE, cabe:

I. Propor, conduzir e monitorar uma política de comunicação interna do Departamento de caráter inclusivo, democrático e em favor do diálogo e da transparência.

II. Deflagrar e submeter ao CTA os processos de realização de concurso público para provimento de cargo(s) de professor.

III. Encaminhar, formal e tempestivamente, matérias acadêmicas e administrativas para ciência, análise, aprovação e/ou deliberação pelo CTA.

IV. Assegurar publicidade e encaminhar as decisões do CTA às instâncias superiores da Universidade.

V. Nomear os Supervisores de Áreas de Conhecimento e de Áreas Administrativas;

VI. Propor a criação de comissões temporárias e indicar seus membros, sempre mediante consulta ao CTA.

VII. Propor periodicamente, submeter à apreciação do CTA e gerenciar um calendário harmônico de reuniões ordinárias para o CTA e o Pleno Departamental.

Parágrafo Único - Os atos executivos da Direção serão formalizados através da emissão de Portarias conforme estabelece a Instrução Normativa 001/2013-GR/UFRPE ou ato normativo que porventura vier a substituí-la.

Art. 70 - Ao Substituto Eventual cabe:

I. Substituir o Diretor do Departamento em suas faltas e impedimentos, podendo encarregar-se de parte das atribuições do Diretor, por delegação do mesmo, aprovada pelo Conselho Técnico-Administrativo (Art. 30, parágrafo único do Regimento Geral da UFRPE).

Art. 71 - Aos Supervisores de Área de Conhecimento, além dos dispostos no Art. 31 do Regimento Geral da UFRPE, cabe:

I. Distribuir semestralmente as disciplinas de sua Área entre os professores.

II. Promover e analisar planos de ensino da área de conhecimento com seus pares.

III. Discutir e subsidiar a elaboração do plano de capacitação e afastamentos dos docentes na área de conhecimento

IV. Planejar ações e eventos na área de atuação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

V. Zelar, junto ao diretor, pela realização de concursos para sua Área.

Art. 72 - Aos Supervisores de Áreas Administrativas cabe:

I. Participar, como membro nato, do Conselho Técnico-Administrativo do Departamento.

II. Representar e assinar em nome do Diretor do Departamento, em sua área de competência, inclusive na solicitação, no acompanhamento e na fiscalização de serviços prestados ao Departamento pelos órgãos administrativos e empresas terceirizadas da UFRPE.

III. Representar, no Conselho Técnico-Administrativo, os interesses e demandas de sua área de responsabilidade.

IV. Identificar e monitorar riscos, e comunicá-los à Diretoria de forma tempestiva, incluindo as eventuais necessidades de providências para garantir a continuidade e a segurança da operação departamental.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 73 - São direitos de cada membro da comunidade departamental:

I. Votar em eleições para os cargos de Diretor e Substituto Eventual.

II. Votar e ser candidato nos processos de escolha de representantes das respectivas classes da carreira docente em órgãos colegiados.

III. Tomar ciência, solicitar esclarecimentos e, eventualmente, submeter recursos contra decisões dos órgãos departamentais.

IV. Integrar comissões departamentais e colegiadas de coordenação didática de cursos da UFRPE.

V. Participar de comissões, grupos de pesquisa, núcleos e cátedras, do próprio departamento ou de outras instituições em âmbito nacional e internacional, observadas as disposições da Resolução CEPE Nº 53/2017, ou normativa que vier substituí-la.

VI. Buscar capacitar-se e participar de eventos científicos locais, nacionais e internacionais com vistas ao melhor exercício de suas funções e considerando sempre as necessidades e a finalidade do Departamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

Art. 74 - A ordem de avaliação dos processos submetidos às comissões, coordenações, órgãos colegiados, áreas e setores do Departamento deve corresponder cronologicamente às respectivas datas de despacho a este órgão colegiado, salvo em situações em que se configure caráter de urgência (regidas pelo Art. 14 do Regimento Geral da UFRPE).

Art. 75 - Excluída a hipótese de exigência legal, o presente Regimento só poderá ser modificado por iniciativa do Diretor ou por proposta de um terço (1/3), no mínimo, dos docentes do Departamento, devendo a alteração ser discutida em Pleno Departamental, apreciada e aprovada em reunião do Conselho Técnico-Administrativo do Departamento especialmente convocada para tal fim, exigindo voto favorável de ao menos dois terços (2/3) de seus membros - em linha com o que estabelece o Art. 182 do Regimento Geral da UFRPE).

Art. 76 - Conforme o Art. 11 do Regimento Geral, a presença dos servidores às reuniões de órgãos colegiados e comissões de que façam parte é obrigatória, tornando preterida qualquer outra atividade universitária.

Parágrafo Único - As ausências às reuniões implicarão atribuição de falta, com as consequências previstas na Resolução CONSU Nº 005/2015.

Art. 77 - Os casos omissos serão resolvidos pelo CTA ou pelos Conselhos Superiores, no limite de suas competências.

Art. 78 - O presente regimento entrará em vigor a partir da data de publicação, após aprovação do Conselho Universitário, revogando-se eventuais disposições contrárias.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 22 de julho de 2019.

PROF. MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO
= VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA =



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 092 /2019 DO CONSU).

ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ÓRGÃOS COLEGIADOS DEPARTAMENTAIS

